

Empreendedorismo como estratégia de reprodução social do capital em crise

Jociene Araujo Lima*, Maria das Dores Mendes Segundo** e Emanuela Rútila Monteiro Chaves***

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a lógica do empreendedorismo como estratégia ideológica de enfrentamento à crise do trabalho assalariado, sob as diretrizes da Agenda Global 2030, no contexto da crise estrutural do capital, tendo como recorte histórico a crise humanitária da Pandemia do Covid 19. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, com caráter bibliográfico e documental. A análise fundamenta-se em autores como Mészáros (2011), Pereira (2018), e Shiroma e Zanardini (2020), evidencia-se que a educação é instrumentalizada por políticas neoliberais para difundir a cultura empreendedora, moldando sujeitos adaptáveis ao mercado e naturalizando a precarização. Pesquisadores como Antunes (2020) e Tavares (2018), Mandelbaum; Ribeiro (2017) apontam que o empreendedorismo funciona como instrumento de reprodução social do capital, legitimando desigualdades estruturais. A investigação revela como o empreendedorismo é apresentado como alternativa viável, mas oculta contradições estruturais e aprofunda desigualdades no Brasil.

Palavras-chave: educação; empreendedorismo; pandemia.

Entrepreneurship as a strategy for the social reproduction of capital in crisis

Abstract

This research aims to understand the logic of entrepreneurship as an ideological strategy for coping with the crisis of salaried work, under the guidelines of the 2030 Global Agenda, in the context of the structural crisis of capital, with the humanitarian crisis of the Covid-19 pandemic as its historical backdrop. This is a qualitative, exploratory study, with a bibliographic and documentary character. The analysis is based on authors such as Mészáros (2011), Pereira (2018), and Shiroma and Zanardini (2020), highlighting that education is instrumentalized by neoliberal policies to spread entrepreneurial culture, shaping individuals who are adaptable to the market and naturalizing precariousness. Researchers such as Antunes (2020) and Tavares (2018), Mandelbaum; Ribeiro (2017) point out that entrepreneurship functions as an instrument of social reproduction of capital, legitimizing structural inequalities. The investigation reveals how entrepreneurship is presented as a viable alternative, but hides structural contradictions and deepens inequalities in Brazil.

Keywords: education; entrepreneurship; pandemic.

*Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Intercampi em Educação e Ensino (PPGEEN/UECE). Especialista em Educação e contemporaneidade pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte (IFRN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4276-6181>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7098333143047767>. E-mail: jocienelimar1@gmail.com.

**Doutora em Educação Brasileira. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-Doutora pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará (UECE), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE/UECE). Professora Colaboradora do Programa de Pós Graduação de Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2105-3761>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2457379318485969>. E-mail: mariadores.segundo@uece.br.

***Doutora em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC). Mestre em educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). Professora Adjunta do curso de Pedagogia e Professora do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, Educação e Sociedade (GEPEES-UERN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2099-2011>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5324515667830034>. E-mail: emanuelarutila@uern.br.

El emprendimiento como estrategia de reproducción social del capital en crisis

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo comprender la lógica del emprendimiento como estrategia ideológica para hacer frente a la crisis del trabajo asalariado, bajo las directrices de la Agenda Global 2030, en el contexto de la crisis estructural del capital, teniendo como referencia histórica la crisis humanitaria de la pandemia de Covid 19. Se trata de una investigación cualitativa, exploratoria, de carácter bibliográfico y documental. El análisis se basa en autores como Mészáros (2011), Pereira (2018) y Shiroma y Zanardini (2020), y pone de manifiesto que la educación es instrumentalizada por las políticas neoliberales para difundir la cultura emprendedora, moldeando sujetos adaptables al mercado y naturalizando la precariedad. Investigadores como Antunes (2020) y Tavares (2018), Mandelbaum; Ribeiro (2017) señalan que el emprendimiento funciona como instrumento de reproducción social del capital, legitimando las desigualdades estructurales. La investigación revela cómo el emprendimiento se presenta como una alternativa viable, pero oculta contradicciones estructurales y profundiza las desigualdades en Brasil.

Palabras clave: educación; emprendimiento; pandemia.

INTRODUÇÃO

Levando em consideração a relação entre trabalho e educação na reprodução do ser social, somado à história como um produto da ação humana, esta pesquisa trará como fundamento a crítica marxista. Mészáros (2011), baseado nas ideias de Marx, defende a tese da crise estrutural do capital, como uma crise sistêmica, que tem imposto à humanidade efeitos devastadores. Para ele, o capitalismo, desde o seu surgimento no século XV, vem instalando-se sistematicamente em nível global, de modo incontrolável e expansivo. O autor ainda enfatiza que estamos inseridos, atualmente, em um cenário de profunda crise, definido por ele como uma crise de superacumulação, com caráter crônico e sistêmico. Essa crise, que possui sua raiz na economia, perpassa todas as demais esferas sociais, se configurando como uma crise da sociedade civil burguesa.

A crise estrutural do capital foi instaurada após a mundialização do sistema capitalista no século XX, em que os padrões de consumo, a extrema busca por expansão de riqueza e poder fizeram com que o capital – depois de seu período de ascensão histórica no pós-Segunda Guerra – se tornasse um sistema declinante. Segundo Mészáros (2011), os parâmetros de enriquecimento e expansão esgotaram-se, exigindo do capital uma readequação e reestruturação produtiva, a fim de estipular medidas para todas as áreas, iniciando uma inédita procura incessante pelo alívio da pobreza. Dentre as atividades fundamentais no rol de ações da contraofensiva do capital, temos a atividade educacional executada nos mais variados espaços e todas as dimensões das políticas de educação escolarizada, abrangendo organização escolar,

currículo (escolar e de formação de professores), avaliação e financiamento (Pereira, Santos e Mendes Segundo, 2020).

Além da subjugação das políticas sociais a estrita lógica do mercado diante do cenário de crise e reestruturação, o capital busca novas formas de assegurar sua reprodução em escala ampliada. Antunes (2018; 2020) e Tavares (2018) argumentam que nos últimos anos o empreendedorismo tem sido promovido pelas personificações do capital como uma resposta estratégica às transformações do mundo do trabalho, mascarando o processo de taxa decrescente do valor de uso do trabalho (força de trabalho supérflua), desemprego estrutural e precarização. Em seus estudos sobre a nova configuração do mundo do trabalho resultante da crise sistêmica do capital, Antunes (2018) compara a disseminação da narrativa do empreendedorismo, inclusive no meio escolar, a um remédio que promete minimizar as desigualdades sociais, embora, contraditoriamente, fomente a lógica da exclusão por meio da responsabilização dos indivíduos e atue no sentido de promover a desobrigação do Estado com os direitos sociais.

A educação, neste contexto, tem sido posicionada como importante variável econômica e instrumento ideológico do capital, assumindo um novo papel no cenário neoliberal: além de ser vista como responsável por eliminar as desigualdades e promover o crescimento econômico, passa a ser convocada a disseminar a cultura empreendedora, cuja principal função seria adaptar os filhos dos trabalhadores aos ditames de uma produção flexível que exige a constante atualização de habilidades e competências.

Para concretizar o projeto de disseminação desse ideário, que reedita, em larga medida, os pressupostos ainda mais regressivos da Teoria do Capital Humano (Frigotto, 1989), organismos multilaterais, como o Banco Mundial e as agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com grandes grupos empresariais, têm influenciado a construção de uma agenda de políticas educacionais contendo diversos programas e ações que buscam adequar a escola ao projeto de sustentabilidade neoliberal. Um exemplo disso são as iniciativas regionais, como o Plano Estratégico Ceará 2050, implantado no estado do Ceará, e as Diretrizes da Agenda Global 2030 que incorporam o empreendedorismo como eixo central para enfrentar a crise do trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que promovem um projeto educativo que legitima a precarização das condições laborais e aprofunda as desigualdades sociais.

Diante deste cenário, esta pesquisa tem como objetivo compreender a lógica do empreendedorismo como estratégia ideológica e projeto educativo de enfrentamento à crise do trabalho assalariado e disseminação do desemprego estrutural, especialmente no contexto das diretrizes da Agenda Global 2030. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, de caráter bibliográfico e documental. Para tal, foram analisados os escritos de autores como Mészáros (2011), Pereira (2018), e Shiroma e Zanardini (2020), que discutem respectivamente a crise do capital e a função da educação diante da crise, a subserviência da educação aos princípios mercantis por meio das inferências das personificações e agências políticas do capital em prol da formulação e consolidação de um projeto de desenvolvimento que visa promover a sustentabilidade da incontrolabilidade ontológica do capital.

METODOLOGIA

Este trabalho é de natureza qualitativa, com enfoque teórico-crítico, fundamentado na tradição marxista. A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica e documental, tendo como principal fundamento teórico István Mészáros, cujas obras oferecem subsídios, a partir da análise da tese da crise estrutural do capital, para o exame dos reflexos desta conjuntura sobre os complexos do trabalho e da educação e da disseminação da narrativa neoliberal do empreendedorismo.

Além de Mészáros (2011), foram analisados os escritos de Pereira (2018), e Shiroma e Zanardini (2020), que discutem a função da educação diante da crise, a mercantilização desta atividade por meio das inferências do capital e como a narrativa da concepção neoliberal de desenvolvimento sustentável, em um cenário de “crise civilizatória” (Chesnais, 2011) é disseminado pelas principais agências multilaterais do capital global, para dar continuidade e aprofundar as contrarreformas no campo das políticas sociais e da educação, em particular, e a disputa em torno do fundo público, com pseudo soluções que não alteram em nada a lógica essencial da incontrolabilidade ontológica desse modo de controle do metabolismo social e sua acumulação pretensamente infinita.

Para esta pesquisa também utilizamos pesquisadores como Antunes (2020), Tavares (2018) e Mandelbaum; Ribeiro (2017) destacam que o empreendedorismo funciona como instrumento de reprodução social do capital, legitimando desigualdades estruturais. Autores como Foster (2005), Chesnais (2011) e Saito (2024) ampliam a crítica ao mostrar a

influência da lógica mercantil sobre os recursos naturais. Assim, o empreendedorismo é apresentado como alternativa viável, mas oculta contradições estruturais e aprofunda desigualdades no Brasil.

Além da pesquisa bibliográfica, este trabalho também se utiliza da pesquisa documental, uma vez que busca analisar, em seu objeto central, como a pandemia de Covid-19 intensificou a lógica do empreendedorismo como solução à crise do trabalho no ano de 2020. Como forma de seleção, utilizaram-se como critérios a relevância temática dos documentos e sua vinculação com organismos multilaterais e políticas públicas voltadas à promoção do empreendedorismo e da educação. Dessa maneira, priorizaram-se fontes oficiais e institucionais — como relatórios do IBGE e do *Global Entrepreneurship Monitor* — que expressam as diretrizes do capital em sua fase atual de reestruturação produtiva e ideológica.

A análise dos documentos nesta pesquisa seguiu uma abordagem dialético-crítica, buscando apreender as contradições imanentes aos discursos e políticas neles expressos, relacionando-as às determinações históricas mais amplas do modo de produção capitalista e aos efeitos decorrentes da crise estrutural do trabalho.

A importância da utilização da análise documental, como destaca Cellard (2008), reside no fato de que esse método possibilita observar o processo de transformação e desenvolvimento de indivíduos, grupos, comportamentos, mentalidades e práticas ao longo do tempo. Para o autor, o documento escrito constitui uma fonte valiosa nas ciências sociais, sendo, muitas vezes, o único registro existente de determinadas ações ocorridas no passado recente.

Dessa forma, a análise documental contribui significativamente para a pesquisa ao permitir ao pesquisador não apenas descrever os fatos, mas interpretá-los, reelaborando compreensões e propondo novas leituras sobre os fenômenos investigados. Os documentos, portanto, devem ser considerados como objetos centrais da pesquisa; no entanto, é fundamental compreender que, isoladamente, não oferecem explicações — exigem interpretação crítica e contextualizada.

Foram analisados documentos como *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Brundtland (1991), e a Declaração de Incheon (2015), além de relatórios e estudos do GEM que abordam o crescimento do empreendedorismo no Brasil, especialmente no contexto pós-pandemia. Entre esses documentos, destacam-se: *Empreendedorismo no*

Brasil (2019), *Empreendedorismo no Brasil*. *Global Entrepreneurship Monitor* (2011), *Estudos e Pesquisas 2016-2020* (2021), *Empreendedorismo no Brasil 2023: perfil sociodemográfico dos empreendedores* (2023) e *Global Report 2024/2025: Entrepreneurship Reality Check* (2025). O objetivo foi compreender como esse fenômeno tem sido incentivado como modo de reprodução social, diante da precarização do trabalho e do desemprego estrutural. Para isso, também foram utilizados dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do relatório *Desemprego e informalidade de pretos e pardos é acima da média do país*.

CRISE, INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO: REFLEXÕES SOBRE O BRASIL PÓS-COVID-19

Na esteira de Mészáros (2011), confirmamos que a crise estrutural do capital tem se revelado uma crise sistêmica, cujo grau de aprofundamento e capilaridade afeta todos os aspectos da vida social, levando a humanidade ao abismo já esboçado pela assertiva frase de Rosa Luxemburg: “Socialismo ou barbárie”. Diante dessa profunda e crônica crise de superacumulação, que aparece combinada com as inerentes crises cíclicas, cujo grau de desenvolvimento descontínuo não exclui grandes colapsos, os remédios tendem a ser mais amargos e incisivos. A contraofensiva do capital e sua implacável base austera, recentemente combinada com o seu adequado formato político, expresso na disseminação do neofascismo em escala internacional, continua a subjugar as políticas de educação ao projeto e a sanha privatista do “capital educador” (Evangelista, 2020). Nos últimos anos, políticas educacionais têm sido infiltradas na escola pelo Estado, enquanto estrutura política do capital, sob a base do credo político e psicológico neoliberal do indivíduo como átomo da sociedade, e da meritocracia, como seu corolário, com o objetivo de (de)formar trabalhadores e trabalhadoras para práticas individualizantes de sustentabilidade e para a promoção do empreendedorismo como competência operacional e socioemocional no cenário do desemprego estrutural.

A crise sistêmica do capital resultou em um vasto contingente de desempregados, e essa situação requer uma solução que distorce a realidade histórica e material através de discursos ideológicos. O propósito é fazer com que o crescente e contínuo exército de reserva acredite que é possível superar a situação da taxa de utilização decrescente do valor de uso da força de trabalho (Mészáros, 2011) expressa na precarização, no desemprego e na pauperização, por meio do fomento de habilidades e competências, tal como preceitua as

orientações do Banco Mundial (2011) e em sua esteira, a Agenda Educativa 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), coordenada por sua Agência especializada em Educação e Cultura, Unesco.

Neste complexo contexto, as erupções advindas da lógica desenfreada da acumulação do capital e a exploração expansiva da dimensão material-natural da corporeidade humana, se evidenciam também no agravamento das consequências da ruptura metabólica ser humano- natureza (Foster, 2005), expressa em uma crise ecológica irreversível e sem precedentes. As ações políticas de combate e enfrentamento se restringem a uma agenda que se diz sustentável e a cúpulas e conferências internacionais de estabelecimento de compromissos fictícios e sem expressão real de solucionamento das intempéries ambientais e sociais provocadas pelas gases emitidos pelos motores do capital especulativo, movido pelas corporações de combustíveis fósseis.

Neste sentido, natureza e capital não podem ser vistos de maneira independentes. A crise ambiental e ecológica adveio do acúmulo da degradação, se tornando um problema grave que ameaçava a humanidade e os ganhos lucrativos futuros do capitalismo. Enxergando este cenário, as personificações políticas e financeiras do capital, passaram a propagar a narrativa da “preservação do meio ambiente”, pauta frequente e prioritária nas discussões internacionais,¹ atribuindo à comunidade internacional e principalmente, à sociedade civil organizada, a responsabilidade por reverter o caótico e perigoso quadro de crise ecológica, por meio do alcance do falaciado conjunto de metas de sustentabilidade.

No entanto, antes de começarmos a discutir a concepção de desenvolvimento sustentável nos documentos das Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, devemos levar em consideração que esse conceito de desenvolvimento, conforme expresso nos documentos, se baseia em um tripé que articula as dimensões: social, econômica e ambiental, sob a base da erradicação da pobreza. O aspecto econômico do desenvolvimento sustentável parte da ideia de que é necessário haver uma produção econômica que garanta a sobrevivência da humanidade e a continuidade da produção. Já o aspecto social, prevê que é necessário

¹ Um exemplo é COP 30, 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, será realizada em Belém, Pará, Brasil, em novembro de 2025. Este evento reunirá líderes mundiais, cientistas e representantes da sociedade civil para discutir soluções globais para as mudanças climáticas. A escolha de Belém como sede destaca a importância da Amazônia no debate ambiental global, colocando os olhos do mundo sobre o país que detém a maior economia da América Latina e a maior extensão territorial da Amazônia.

proporcionar ao ser humano igual acesso a tudo o que foi e pode ser produzido. Na última dimensão, a ambiental, essa concepção considera a possibilidade de produção e acesso, levando em consideração também o acesso das futuras gerações aos recursos oferecidos pela natureza, partindo do pressuposto de que a materialidade natural está a serviço das aspirações humanas.

O ser humano, com sua intervenção conscientemente orientada na materialidade natural, transforma a natureza dada em objetos sociais, permitindo ao ser humano produzir materialmente e espiritualmente a sua existência, ao passo que nessa interação dialética mediada pelo modelo primário de todas as práxis sociais, os sujeitos também se modificam, plantando a semente da construção de toda a complexa malha da tecitura social. Desse modo, a natureza não pode ser considerada apenas um recurso e sim uma importante parte constitutiva da forma de ser humana, que embora seja regida por uma legalidade social, contém natureza e dela depende (Lukács, 2010; Saito, 2024).

Portanto, ao longo desta análise dos documentos, a dimensão ambiental será mencionada não para dar supremacia a ela em detrimento das outras, mas sim para possibilitar a compreensão da restrita e neoliberal concepção de desenvolvimento sustentável da ONU, que se define a partir do eixo basilar da defesa da erradicação da pobreza em um sistema sociometabólico que reproduz constantemente a desigualdade social e a degradação socioambiental, sendo cada uma delas uma faceta da mesma moeda.

A precarização de todas as dimensões da vida social, com a reprodução da pobreza e da miséria em escala ampliada, a degradação das condições e postos de trabalho assalariado diante do ataque maciço contra a legislação trabalhista, a devastação sócioecológica, de um lado e a concentração e centralização da riqueza fetichizada, de outro, coloca a necessidade de reflexão de sobre o ideário do empreendedorismo e da cultura empreendedora, como parte importante da Agenda Global 2030 e de suas ambiciosas e inalcançáveis metas de desenvolvimento econômico sustentável, que são perpassadas por uma Agenda específica no âmbito da educação, cuja responsabilidade pelo alcance das metas a coloca como importante estratégia econômico-política no seio das políticas internacionais e nacionais de desenvolvimento.

É possível afirmar que o cenário pandêmico pelo qual o mundo passou nos últimos anos, e que pode ser situado como um dos fortes abalos advindos da crise, tem colaborado

para a disseminação dessa ideologia da cultura empreendedora. Vários relatórios do Banco Mundial publicados no período da Covid-19 afirmaram que esta crise pandêmica foi responsável pelo aumento do desemprego, de pessoas na linha da pobreza, aprofundando a desigualdade social e econômica, o que alterou profundamente a estruturação do mundo do trabalho e favoreceu a responsabilização dos indivíduos sob a narrativa do empreendedorismo. Antunes (2020) pontua em seus estudos que as graves consequências ocorridas a partir do coronavírus foram "[...] resultados da combinação letal entre a crise estrutural do capitalismo, que destrói sistematicamente a legislação social protetora do trabalho, e uma crise sociopolítica sem precedentes" (Antunes, 2020, p. 09).

A crise endêmica também foi responsável por evidenciar tudo aquilo que o capital tentava esconder, como as irreversíveis desigualdades sociais entre raça, gênero, classe, renda, cultura, economia regional, expondo a sociedade à barbárie. Para David Harvey (*apud* Antunes, 2020, p. 17),

[...] a crise do COVID-19, exibe todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça, embora os esforços de mitigação estejam convenientemente oculto na retórica de que **“todos estamos juntos nessa guerra”** as práticas, em particular por parte do governo nacionais, sugerem motivações mais sombrias.

Pesquisadores enfatizam que a origem do novo coronavírus está ligada à degradação do meio ambiente, algo que poderia ter sido evitado. Segundo Harvey (2020), a Organização Mundial de Saúde (OMS) já alertava há algum tempo que o mundo estava prestes a enfrentar mais uma nova pandemia, a qual seria mais destrutiva e agressiva do que as anteriores. Além disso, a organização orientava que os governos de diversos países não estavam preparados para essa nova crise pandêmica. Todavia, mesmo com a pandemia sendo previsível, nada foi realizado para conte-la ou evita-la. Desse modo, percebemos que o surgimento da crise do coronavírus, assim como de outros vírus, bactérias, fungos e várias doenças, é um efeito colateral do colapso ecológico, das condições ambientais, além de outros fatores ligados ao modo de produção capitalista globalizado (Harvey, 2020).

Muitas pesquisas feitas em 2020 destacam que o coronavírus tem sua origem no modelo de agricultura capitalista, que possui um excessivo processo agroalimentar industrializado e intensivo (agronegócio), que ganhou destaque no mundo da produção agrícola desde 1970, por meio da ofensiva neoliberal. Além da agricultura, encontramos

também o efeito do surgimento do coronavírus na criação excessiva de animais e na atual ruptura do equilíbrio da biosfera, tendo como exemplo a destruição de alguns elementos e a poluição dos elementos naturais (ar, água, solo), bem como a camada de ozônio, que tem como efeito o aquecimento global, a mudança climática e, conseqüentemente, o aparecimento de pandemias e o ressurgimento de doenças infecciosas já superadas (Foster, 2005; Wallace, 2020).

Assim, podemos considerar que a pandemia causada pelo coronavírus foi apenas mais uma expressão direta da continuidade e agravamento da crise estrutural do capital. No entanto, ela possui uma especificidade: a crise pandêmica vem revelando a dinâmica predatória de acumulação capitalista, cujo principal objetivo é a expansão do lucro, passando por cima da vida das esferas da natureza e da esfera humana (Harvey, 2020).

Segundo a OMS, em uma avaliação em excesso, a pandemia de covid-19 foi responsável pela morte de quase 15 milhões de pessoas no mundo, e, no Brasil, no final de 2020, já se registrava cerca de 182 mil óbitos confirmados. A avaliação do excesso de mortes é um método que permite estimar o número de mortes causadas pela pandemia, mesmo que este número não esteja restrito apenas às mortes pela doença. É importante calcular o número de mortes que, mesmo que não seja de covid, não costumava acontecer em períodos sem a doença (Grimley *et al.*, 2022).

Para Harvey (2020) a pandemia de coronavírus vem revelar a profunda desigualdade entre pobres e ricos, entre raça e gênero, principalmente em países do Sul global como o Brasil. Entendemos que os impactos da pandemia que demonstraram o aprofundamento da crise estrutural do capital não possuem elementos neutros. O documento publicado pela ONU (2020) mostra que as mulheres foram as que mais entraram no mundo do trabalho informal nesse período. Números publicados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), publicado pelo governo federal, mostram que mais de 897 mil pessoas ficaram desempregadas na pandemia, em função das medidas protetivas como o isolamento social. Esses números também revelam que as mulheres foram mais atingidas do que os homens em relação ao desemprego, pobreza e fome. Segundo os dados, das 897 mil pessoas desempregadas, 588,5 mil eram mulheres, totalizando uma porcentagem de 65,6% das pessoas demitidas (Brasil, 2020).

O relatório CAGED citado anteriormente reconhece que, além de serem as mais prejudicadas pelo desemprego, as mulheres são as que mais demoram a retornar ao mercado de trabalho formal. Adicionalmente, Costa *et al.* (2020) apresentam dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que evidenciam que, em 2020, as mulheres possuíam uma taxa de inserção no mercado de trabalho 18,4 pontos percentuais menor do que os homens. Esse cenário tem favorecido a busca das mulheres pelo setor empreendedor, visando abrir seu próprio negócio.

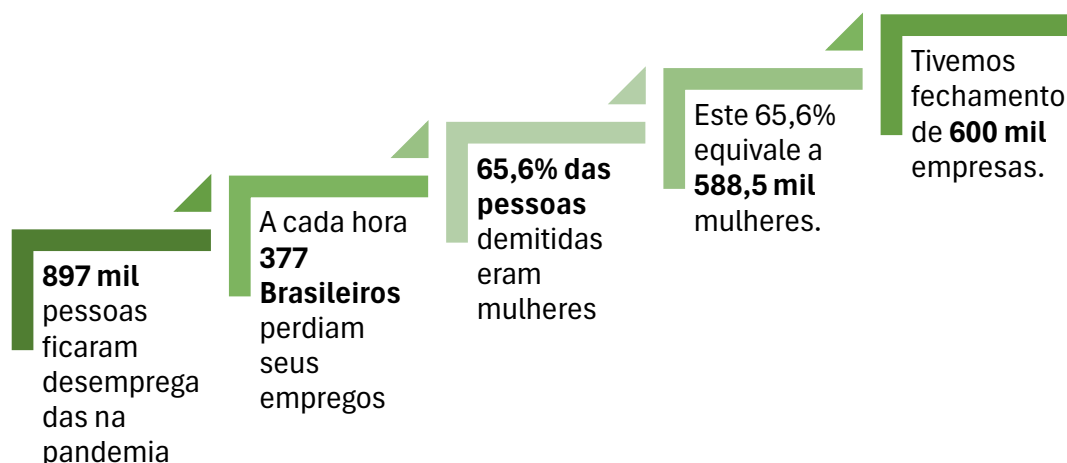
Além da desigualdade de gênero, a pandemia evidenciou a desigualdade racial. Segundo o IBGE, para cada 10 mortes de pessoas brancas, cerca de 14 pessoas pretas ou pardas morriam. Os dados também indicaram que pessoas brancas tinham mais chances de se recuperar da doença. Para a população negra no país, a desigualdade evidenciada no período da COVID-19 é resultado do racismo estrutural e institucional que o Brasil enfrenta. A pandemia apenas desnuda uma realidade cruel para as pessoas negras, que, apesar de comporem mais da metade da população brasileira, ainda sofrem com a ausência do Estado na promoção de serviços mínimos.

No campo econômico, vários estudiosos ao redor do mundo reconhecem que a economia mundial já passava por um processo de desaceleração desigual antes do período da COVID-19. Por isso, o combate a essa crise ocorreu de acordo com a dinâmica e lógica acumulativa do sistema capitalista que mesmo em tempos sombrios de mortalidade subordinava vidas à capacidade de lucrar. O isolamento social, como uma das medidas preventivas, foi responsável por causar o aumento do número de pessoas desempregadas, formando um cenário destrutivo que aprofundou o abismo socioeconômico e precarizou ainda mais as condições de trabalho.

A título de ilustração deste cenário, o relatório publicado em abril de 2021 pela Oxfam calcula que, no período de um ano, de 2020 a 2021, a cada hora, 377 brasileiros perdiam seus empregos. No ápice da crise sanitária, esse número aumentou, passando de 377 para o equivalente a 1.400 brasileiros desempregados por hora, registrando o maior recorde de desemprego no Brasil ao longo da história. O relatório aponta o número de 14,4 milhões de desempregados no Brasil em abril de 2021. Esse aumento no desemprego foi resultante do fechamento de quase 600 mil empresas durante o período da COVID-19, prejudicando

significativamente o cenário do mundo do trabalho e acelerando o agravamento da crise social, ambiental e econômica no Brasil.

Figura 1 – síntese dos números publicados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2021-2022).

As catástrofes sociais ocasionadas pela COVID-19 derivaram das medidas propostas para enfrentamento da crise, que se deram em duas direções. Primeiramente, tivemos a flexibilização das medidas trabalhistas, que se preocuparam mais em favorecer os empregadores do que os empregados. Em segundo lugar, embora tenha sido disponibilizado o pagamento do auxílio emergencial para os desempregados, muitas pessoas não foram contempladas, além do valor não ter garantido condições mínimas materiais de subsistência. Diante desse grande número de desempregados, o empreendedorismo começou a se mostrar como a melhor saída, resultando no aumento do número de empregos informais e precários.

Conceitualmente, segundo o Monitor Global de Empreendedorismo (GEM) o desemprego seria a situação de uma pessoa que não possui uma ocupação que lhe proporcione meios aceitáveis para se sustentar devidamente (Garraty, 1978). No contexto econômico trabalhista do Brasil, o pleno emprego nunca foi uma realidade concreta. Nos deparamos com um grande número de pessoas desempregadas ou forçadas a trabalhar na informalidade ao longo dos anos (Costa, 2010, *apud* Mandelbaum; Ribeiro, 2017).

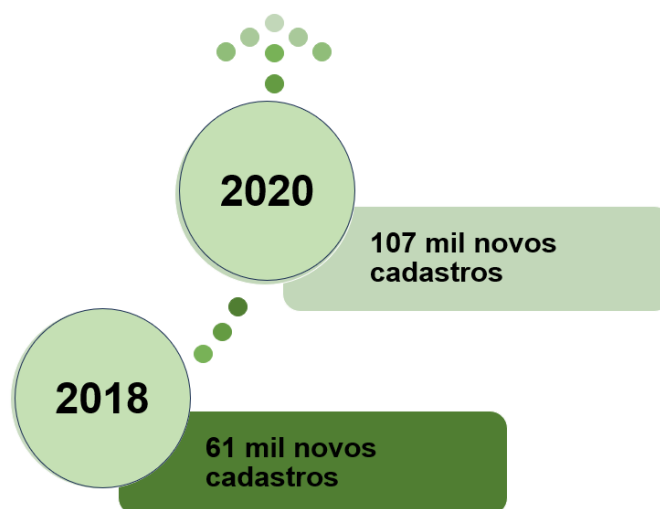
Apesar de a pandemia ter agravado a crise econômica e social que já existia no Brasil, o número de pessoas vivendo na informalidade, ou por meio de empreendimentos

próprios, mostrava-se muito elevado mesmo antes. Segundo o IBGE, a informalidade já atingia 40% da classe trabalhadora. Com a aprovação, em 2016, da medida de congelamento dos gastos públicos, por meio da Emenda Constitucional nº. 95, de 2016 (Teto de Gastos), tivemos a falência de qualquer política que buscasse o fim da desigualdade e a promoção de mais empregos, forçando milhares de jovens a ingressarem na informalidade. Essa informalidade foi resultado do empreendedorismo por necessidade, atualmente definido como mistificado pela cultura empreendedora, devido à escassez de oportunidades de trabalho (GEM, 2020).

Comprovando esse entendimento, o Monitoramento de Empreendedorismo Global (GEM) trouxe em seus relatórios dados de que 88% dos empreendedores iniciais entrevistados afirmaram que ingressaram no ramo empreendedor sonhando em ter uma renda, devido à carência de empregos (GEM, 2020). Entretanto, mesmo que a grande maioria desses empreendedores tenha iniciado sua carreira empreendendo para garantir a própria sobrevivência, o empreendedorismo se mostra indispensável para a melhoria da economia e geração de empregos (GEM, 2020).

Assim, compreende-se que embora a crise pandêmica não tenha sido a única responsável pelo expressivo número de pessoas recorrendo à informalidade e buscando no empreendedorismo uma forma de sobreviver no atual sistema, ficou evidente que o empreendedorismo atuou como uma pseudo solução para os problemas do desemprego e da precarização do trabalho formal. De acordo com dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), durante a pandemia, em 2018, uma média de 61 mil novos Microempreendedores Individuais (MEIs) foram formalizados a cada duas semanas. Em 2020, esse número aumentou para 107 mil novos cadastros (Guimarães *et al.*, 2020). O MEI refere-se ao Microempreendedor Individual, ou seja, à pessoa que se cadastra para estabelecer seu próprio negócio.

Figura 2 – Número de MEIs no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)



Fonte: Guimarães *et al.* (2020).

Entretanto, é crucial observar que o aumento do empreendedorismo no Brasil não se limitou ao contexto da Covid-19. Uma série de políticas de promoção do empreendedorismo tem sido implementadas pelo Estado levando a cabo a mundialização do empreendedorismo no Brasil e no mundo. Ao longo dos anos a defesa do empreendedorismo tem se consolidado e o capital tem utilizado a educação como meio de divulgação e persuasão das vantagens econômicas relacionadas à promoção da educação e cultura empreendedora.

Um exemplo disso é que mesmo depois da Covid-19 o número e o desejo de empreender continuam crescendo. De acordo com notícia lançada pela Secretaria de Comunicação Social, no site do governo federal:

Brasil registra abertura de 1,4 milhão de pequenos negócios no primeiro trimestre do ano.

MEIs correspondem a 78% desse total. Lançada há um ano, nova política para micro e pequenas empresas faz Brasil se tornar o 6º país com mais empreendedores estabelecidos (Brasil, 2025).

Neste contexto, embora a pandemia tenha representado um marco de fragilidade social e econômica, com o desemprego atingindo níveis alarmantes, os trabalhadores passaram a enxergar no empreendedorismo a única alternativa possível para vencer a mazela das desigualdades sociais e do desemprego estrutural. Segundo o Relatório GEM 2024-2025, “quase 40% dos brasileiros adultos querem abrir um negócio nos próximos três anos – índice

entre os mais altos do mundo” (GEM, 2024). Ainda segundo o relatório, cerca de 47 milhões de brasileiros não empreendedores têm o desejo de iniciar um negócio, colocando o país atrás apenas da Índia nesse indicador.

Como mencionado anteriormente, o Brasil é um dos países líderes em nível global na abertura de empresas. O governo federal tem destacado em recorrentes propagandas o incentivo à construção de novas empresas, seja por meio da facilitação de créditos, ou diminuição da burocracia. Isso reflete claramente o poder ideológico que o Estado brasileiro possui, pois ao apagar seu papel como eixo central na oferta de proteção social e ao incentivar o empreendedorismo, este Estado tende a ocultar o real motivo do problema, repassando para a esfera individual a solução de problemas que são de ordem estrutural do próprio sistema.

Todavia, devemos analisar criticamente que o crescimento do empreendedorismo não é algo que acontece de maneira neutra, ele é reflexo do ataque a legislação trabalhista e de proteção social, ao esvaziamento da democracia adjetivada, ao desemprego estrutural e ao crescimento exponencial da pobreza. Mais do que uma simples alternativa ao desemprego, o empreendedorismo vem sendo apresentado como um ideal de vida, uma forma de viver — através da narrativa que promete autonomia, liberdade e melhores condições de vida e de trabalho.

Margaret Thatcher *apud* Safatle (2020, p. 24), já destacava que “a economia é o método; o objetivo é mudar o coração e a mente das pessoas”. O discurso do empreendedorismo, entra nesse viés de que muito mais importante do que o caminho econômico a ser percorrido como método em torno da mudança, o aspecto crucial seria produzir uma nova cultura que sequestrasse o coração e as subjetividades, para o que Antunes denomina como sendo forma mais moderna de exploração da classe trabalhadora, expressando como uma nova morfologia do mundo do trabalho.

Dentro desse discurso que insere o empreendedorismo como novo modelo de trabalho precarizado, uma reflexão crítica que precisa ser feita é que nos últimos anos o empreendedor brasileiro possui um perfil muito bem delimitado. Segundo a pesquisa do relatório GEM no ano de 2023, o perfil empreendedor no Brasil é composto por jovens, do gênero feminino, com menos de 35 anos, sendo a grande maioria preta ou parda, além de possuírem um nível de escolaridade completo seja em nível médio ou superior (GEM, 2023).

Em contrapartida, podemos refletir que o perfil do empreendedor destacado no relatório coincide com o crescimento do número de desemprego no Brasil. Segundo dados do IBGE, historicamente as mulheres sempre lideram os rankings do maior número de desemprego por gênero quando comparado aos homens. Segundo a pesquisa, em dezembro de 2024, um número de “7,6% da força de trabalho feminina estava desocupada, entre os homens, o percentual era de 5,1%”. O desemprego também tem número maiores entre a população preta e parda. Em 2024, a taxa de desocupação “entre os brancos chegou a 4,9%, mas ainda ficou acima de 7% entre pardos e pretos” (IBGE, 2024).

A análise destes números demonstra que não se trata de uma coincidência: o perfil do empreendedor coincide com os grupos mais afetados pelo desemprego e pela pobreza no Brasil. Isso comprova a hipótese de que a falta de emprego e a desigualdade social, agravadas pela crise do capital, atuam como forças motivadoras ao empreendedorismo. Esses dados reforçam que a maioria dos empreendedores atuais não empreende por oportunidade, mas sim por necessidade, sendo este modo de trabalhado precarizado a única forma de sobrevivência diante da ausência de empregos formais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, por meio dos dados aqui expostos, que o crescimento do empreendedorismo no Brasil, especialmente no cenário pós-Covid-19, não reflete uma escolha livre dos trabalhadores, mas sim a expressão de um contexto marcado pela desigualdade social, pelo desemprego estrutural e pelo abandono estatal. Nesse cenário, a pandemia serviu para escancarar o modo de produção destrutivo do capital, que, ao não conseguir absorver seu exército de reserva, submeteu a massa trabalhadora, tida como força de trabalho supérflua, às novas formas de trabalho precarizado, sem qualquer garantia social. Além disso, o discurso empreendedor — que apresenta o empreendedorismo como modelo ideal de realização profissional — esconde a crueldade de um sistema que força milhares de pessoas desempregadas a essa alternativa forçada, mascarando a realidade destrutiva que o capitalismo impõe aos trabalhadores. Trata-se, portanto, de uma estratégia ideológica que legitima a precarização e transfere aos indivíduos a responsabilidade pela sobrevivência diante da exclusão e de oportunidades inexistentes, consolidando o empreendedorismo como necessidade enquanto projeto de vida.

Além disso, como discutido ao longo do texto, o discurso empreendedor, amplamente difundido como uma solução para os problemas do desemprego estrutural, mascara a realidade destrutiva imposta pelo sistema capitalista à classe trabalhadora. A promessa de liberdade e autonomia aos trabalhadores difundida pela cultura empreendedora esconde a precarização das relações de trabalho e transfere ao indivíduo a responsabilidade de se adaptar às exigências de um mercado de trabalho altamente restrito e concorrido. Diante disso, entendemos a necessidade de desmistificar o ideário do empreendedorismo como solução redentora, recolocando no centro do debate a mudança do modo de produção capitalista, baseado em um projeto de sociedade emancipatório pautado na justiça social e na dignidade do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara Inés. **La Agroecología en tiempos del COVID-19**. Berkeley: Universidade de California, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo, Boitempo, 2018, 325 p.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED): perda de 897 mil postos de trabalho entre março e setembro de 2020, dos quais 588,5 mil ocupados por mulheres (65,6%)**. Brasília: MTE, 2020. Disponível em: <https://www.assufba.org.br/novo/mulheres-sao-principais-vitimas-do-desemprego-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 6 ago. 2025.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Brasil registra abertura de 1,4 milhão de pequenos negócios no primeiro trimestre do ano**. Brasília, 14 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/04/brasil-registra-abertura-de-1-4-milhao-de-pequenos-negocios-no-primeiro-trimestre-do-ano>. Acesso em: 12 jun. de 2024.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CHESNAIS, François. **Les dettes illégitimes**. Quand les banques font main basse sur les politiques publiques. Paris: Raisons d’agir, 2011.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social e capitalista**. São Paulo: Cortez, 1989.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. São Paulo: Editora Record, 2005.

GARRATY, John Arthur. **Unemployment in history: Economic thought and public policy**. New York: Harper & Row, 1978.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil 2019**. Global Entrepreneurship Monitor. 2021. Disponível em: <https://ibqp.org.br/wpcontent/uploads/2021/02/Empreendedorismo-no-Brasil-GEM-2019.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil 2023: perfil sociodemográfico dos empreendedores**. Relatório Brasil, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/wp-content/uploads/2024/04/Apresentacao-PPT-GEM-BR-2023-FINAL-V3-3.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil**. Global Entrepreneurship Monitor. 2011. Disponível em: <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Empreendedorismo-no-Brasil-2011-Relat%C3%83%C2%B3rio.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

GEM. **Estudos e Pesquisas 2016-2020**. Global Entrepreneurship Monitor. 2021. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/pesquisa-gemempreendedorismo-no-brasil-e-nomundodestaque9,5ed713074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD. Acesso em: 03 ago. 2021.

GEM. **Global Report 2024/2025: Entrepreneurship Reality Check**. Report, Boston: Global Entrepreneurship Research Association, 2025.

GRIMLEY, Matthew; SHASTRY, Vivek; KÂNOGLU-ÖZKAN, Dilge Güldehen; BLEVINS, Erica; BECK, Ariane L.; CHAN, Gabriel; RAI, Varun. The grassroots are always greener: Community-based organizations as innovators of shared solar energy in the United States. **Energy Research & Social Science**, [S. l.], v. 90, p. 102628, 2022.

GUIMARÃES, Fernando. Atuação do fisioterapeuta em unidades de terapia intensiva no contexto da pandemia de COVID-19. **Fisioterapia em Movimento**, [S. l.], v. 33, 2020.

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempos de COVID-19**. Sin Permiso, [S. l.], v. 22, p. 1-11, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desemprego e informalidade de pretos e pardos é acima da média do país. **Agência Brasil**, 22 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-02/desemprego-e-informalidade-de-pretos-e-pardos-e-acima-da-media-do-pais>. Acesso em: 6 ago. 2025.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. Supervisão editorial de Ester Vaisman. Revisão técnica de Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MANDELBAUM, Belinda; RIBEIRO, Marcelo. **Desemprego**. Editora Blucher, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. **Ciência & saúde coletiva**, [S. l.], v. 23, p. 2187-2196, 2018.

ONU MULHERES BRASIL. **Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe:** dimensões de gênero na resposta. Brasília: ONU Mulheres Brasil, 2020.

RIBEIRO, Tatiana Cristina. A formação do trabalhador na sociedade capitalista. **Revista Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 17, n. 32, p. 242-260, 2019.

SHIROMA, Eneida Oto; ZANARDINI, Isaura Monica Souza. Estado e gerenciamento da educação para o desenvolvimento sustentável: recomendações do capital expressas na Agenda 2030. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [S. l.], p. 693-714, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13785>. Acesso em: 5 jan. 2023.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, v. 1, 2020.

SAITO, Kohei. **O capital no Antropoceno**. Tradução de Caroline M. Gomes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.

SANTOS, Deribaldo. **Educação e Precarização Profissionalizante:** crítica a integração da escola com o mercado. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

TAVARES, Maria Augusta. **O empreendedorismo à luz da tradição marxista**. Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 41, v. 16, 2018, p. 107-121.

UNESCO. **Marco da educação 2030:** Declaração de Incheon. Incheon, Coréia do Sul: UNESCO, 2015.

WALLACE, Rob. **Dead Epidemiologists:** On the Origins of COVID-19. New York: Monthly Review Press, 2020.

Recebido em: *Abril/2025*.

Aprovado em: *Outubro/2025*.